

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

***PARTIDO POPULAR***

**CDS/PP**

N.º 130-VIII

P.º 50.04.04

29.37

29.36

Data: 24.11.2005

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

O Governo Regional costuma fazer gala no grau de execução dos seus Planos Regionais, mas apenas na óptica financeira. Isto é, o Governo considera que tem capacidade de gastar o dinheiro que tem tido à sua disposição.

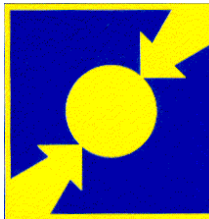
Ora quando estamos a analisar um Plano Anual o critério fundamental para se avaliar da sua real execução é saber se o que estava previsto fazer-se entre Janeiro e Dezembro daquele ano efectivamente foi realizado e, de preferência, nos montantes que estavam destinados a cada uma das acções. Esta execução material do programado é que revela o grau de eficácia da actividade governativa no que respeita ao seu programa de investimentos.

Ao longo destes anos temos assistido a um condenável desfasamento entre o momento em que muitos projectos são inscritos nos Planos Anuais e a data da sua verdadeira execução. Acredito que o Governo pretenda corrigir a sua prática; seria bom que o fizesse, todos ganharíamos com isso. Faço votos que comece exactamente pelos projectos respeitantes à Ilha Terceira, pois são naturalmente os que melhor conheço.

É natural que este Plano para 2006 dê continuidade a alguns projectos de maior dimensão que estão em curso, como é o caso da recuperação do Porto da Praia, da remodelação da Aerogare das Lajes, das Construções Escolares e da conclusão do Porto de Recreio de Angra. Porém as novidades são poucas, como tem sido reconhecido por todos os observadores, e mesmo assim apresentam dotações pouco animadoras quanto ao ritmo das respectivas execuções.

É com agrado que constatamos que, em 2006, a construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, em S. Carlos, terá a sua fase decisiva. Não era sem tempo. Foram muitos anos de adiamentos sucessivos com grande prejuízo para a Ilha Terceira. Não nos esqueçamos que o I Governo Regional do PS inscreveu 3,5 milhões de euros no PMP 97-2000 para aquele projecto e a obra nem arrancou. No segundo mandato, em 2001, o Governo PS tornou a prometer a Escola de Angra e no Plano de 2002 fez aprovar uma dotação de 6,25 milhões de euros, sem que mostrasse obra. Só sete anos depois, em 2004, aquela Escola viu a sua construção arrancar.

São estes maus exemplos que não queremos repetidos, nem em relação à Terceira, nem em relação a qualquer ilha dos Açores.



**CDS/PP**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

***PARTIDO POPULAR***

Ainda na área das construções escolares verificamos que o Governo Regional, também com uma legislatura de atraso, pretende agora avançar com a EB 2,3 Francisco Drumond, em S. Sebastião, projecto que constituiu uma das grandes promessas inovadoras do Partido Socialista, enunciadas durante a campanha eleitoral de 2000. Já agora o que é feito da promessa gémea desta, realizada também em 2000, respeitante à construção da Escola EB 2,3 do Ramo Grande, a localizar nas Lajes?

Relativamente à construção do novo hospital da ilha Terceira, em estudos há pelo menos 4 anos, constata-se que a verba inscrita provavelmente não dará para a aquisição dos terrenos e espera-se que o processo avance sem recuos e números de ilusionismo, numa espécie de política de passadeira rolante, também aplicada ao hospital de Santo Espírito, em relação às obras previstas, nomeadamente no serviço de urgência e de imagiologia.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Em relação aos principais projectos, na área das estradas, o baixo grau de execução do Governo Regional, face aos compromissos inscritos nos Planos, tem sido alarmante. O mau exemplo de falta de rigor e capacidade de execução neste sector está espelhado no projecto de conclusão da via rápida e ligação ao Porto da Praia, que surge agora prometido novamente para 2006. O CDS/PP não se cansará de repetir, como o tem feito ao longo dos últimos 8 anos, que, desde o Plano de 1997, tem havido dotações anuais para esta importante obra rodoviária. O Governo Regional tem feito questão de massacrar os Terceirenses, suscitando dúvidas e polémicas acessórias e desnecessárias como pretexto para adiar sistematicamente este projecto. Esperemos que, desta vez, se cumpra o programado para 2006.

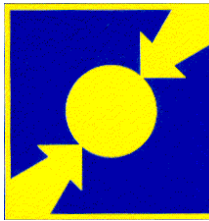
Entretanto, a reabilitação da via rápida Angra – Praia, com as reparações técnicas de que carece, tem vindo a processar-se a um ritmo demasiado lento, apesar dos compromissos assumidos pelo Governo. Aguardamos que o próximo ano seja decisivo e que a reabilitação a fazer corresponda às expectativas criadas e às exigências de segurança que se impõem.

Registamos de forma positiva o facto de também estar contemplado no Plano a bem necessária reabilitação da estrada do litoral, incluindo o ramal do Porto Martins.

Por outro lado, é com estupefacção que verificamos que não existe qualquer dotação para a conclusão da estrada Praia – Lajes, nomeadamente no troço de calçada entre a Igreja de Santa Luzia e a estrada 25 de Abril. Este projecto estava previsto desde 2000 e foi truncado em 2003, quando se concretizou apenas a parte entre Santa Luzia e a Igreja das Lajes.

Sem prejuízo do reconhecimento de que não pode avançar tudo ao mesmo tempo, neste domínio da rede rodoviária a Terceira sofreu um deficit de execução por parte do Governo Regional, que deve ser devidamente compensado. Daí que para além das obras de requalificação dos projectos previstos para 2006, se impõe uma maior intervenção no domínio da conservação corrente das estradas regionais, incluindo o trajecto S. Sebastião – Barraca e algumas estradas do interior da ilha.

Noutras áreas, há que registar sistemáticos adiamentos em importantes projectos para a ilha, como é o caso das novas instalações da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

***PARTIDO POPULAR***

**CDS/PP**

**Heroísmo. Depois de anos de consecutivos avanços e recuos, neste Plano aponta-se de novo para a elaboração do projecto. É de facto muito tempo perdido e muita falta de rigor na programação.**

**Ao nível das instalações de serviços públicos, não podemos deixar de manifestar a nossa indignação por não aparecer qualquer menção nestes documentos à necessidade de se instalar definitivamente e com a adequada dignidade, o Serviço Regional de Estatística, que tem sede em Angra do Heroísmo. Passados tantos anos e após tantas promessas, era altura de surgir a requerida solução.**

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados**

**A falta de empenho do Governo em relação à Terceira é mais vasta e está bem patente nas dificuldades e nos atrasos com que o Porto da Praia tem sido equipado com vista à sua boa operação. Como é sabido o rebocador chegou com anos de atraso e a ausência de uma gare de passageiros naquele porto é inaceitável. O que lá se passa durante as operações dos navios de passageiros é uma vergonha. Os passageiros não têm qualquer protecção. Toda a operação que ali se desenvolve tem de ser considerada como um caos. Para além de afectar os utentes, a imagem que advém para o turismo é a pior. Acresce que, na perspectiva económica, se constata a preocupante ausência de uma política de valorização e de dinamização do Porto Comercial da Praia da Vitória, mesmo no quadro da política regional de transportes. O que se passa actualmente naquela infra-estrutura, com o capitular de equipamentos indispensáveis ao seu normal funcionamento, é exemplo acabado das incorrectas prioridades do investimento do Governo Regional.**

**Em matéria de transporte aéreo, a política seguida pelo Governo Regional tem marginalizado a Terceira, através de uma prática centralista de desvalorização do Aeroporto das Lajes. Mostrando uma total indiferença às solicitações dos empresários locais e outros segmentos utilizadores dos transportes aéreos, o Governo Regional não tem zelado devidamente pelos interesses da ilha, quer quanto aos trajectos regionais, quer relativamente a outros destinos, nomeadamente numa perspectiva da valorização do sector turístico. Até nas ligações com a Madeira não há uma política regional que permita utilizar os voos directos da SATA, com um preço único para todos os Açores.**

**Mas em muitos outros aspectos da vida política se nota a existência de um menor empenho em relação a alguns projectos essenciais para a Ilha Terceira, como é o caso da exploração geotérmica. Temos que lamentar profundamente que aquele projecto tivesse aguardado tantos anos para arrancar e agora ainda esteja sujeito a sucessivos atrasos.**

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo**

**Como Deputado com especiais responsabilidades na representação do eleitorado da Terceira, entendo que este Plano Regional, na sequência dos anteriores, podia e devia ter dado uma melhor atenção aos principais problemas da Ilha.**

**O Deputado Regional,**

*Artur Lima*